



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ Instituições, História e Patrimônio Cultural

O Gymnasio da Bahia: um espaço elitizado do saber?

The Gymnasio of Bahia: an elitist knowledge space?

*O Gymnasio da Bahia: ¿un espacio de conocimiento elitista?*Iure Alcântara dos Santos Barros
Cíntia Borges de Almeida

RESUMO

À luz da História Cultural, a pesquisa documental buscou historicizar a institucionalização do Gymnasio da Bahia, que foi construído com o objetivo de atender aos anseios políticos e educacionais de uma elite baiana, refletindo a respeito dos discursos dos sujeitos que circularam nos jornais e livros em torno da instituição como um espaço culto do saber, popularmente conhecido como “lugar de prêmios e galardões”. A análise da criação e do percurso institucional permite pensarmos o contexto baiano e a sua população em formação via defesa do ensino secundário como condição de prestígio, distinção e pertencimento social.

Palavras-chave: Instituições Escolares; Gymnasio da Bahia; Ensino Secundário.

ABSTRACT

In the light of Cultural History, the documentary research sought to historicize the institutionalization of the Gymnasio of Bahia, which was built in order to meet the political and educational desires of a Bahia elite, reflecting on the discourses of the subjects that circulated in newspapers and books around the institution as a cult space of knowledge, popularly known as “place of prizes and awards”. The analysis of the creation and the institutional path allows us to think about the Bahian context and its population in formation via the defense of secondary education as a condition of prestige, distinction, and social belonging.

Keywords: School institutions; Gymnasio of Bahia; High School.

RESUMEN

A la luz de la Historia Cultural, la investigación documental buscó historicizar la institucionalización del Gymnasio da Bahia, que fue construido con el objetivo de atender las aspiraciones políticas y educativas de una élite bahiana, reflexionando sobre los discursos de

los sujetos que circulaban en periódicos y libros en torno a la institución como un espacio culto de conocimiento, conocido popularmente como “lugar de premios y reconocimientos”. El análisis de la creación y trayectoria de la institución permite pensar el contexto de Bahia y su población en formación a través de la defensa de la enseñanza media como condición de prestigio, distinción y pertenencia social.

Palabras clave: Instituciones escolares; Gymnasio da Bahia; Enseñanza secundaria.

Introdução

Ao pesquisar a história da educação do Colégio Central da Bahia durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e o processo de formação institucional desta escola que completou, em 2022, 185 anos de existência, nos debruçamos em suas quatro fases arquitetônicas e com projetos político-educacionais que demonstraram rupturas e permanência ao longo do seu processo escolar. A primeira fase se dá no ano de 1836, com a criação do intitulado *Lyceu Provincial da Bahia*¹; sua segunda fase tem início em 1895, com a extinção do Instituto Oficial do Ensino Secundário², brevemente criado com a chegada da República, que se reconfigura e passa a ser nomeado como *Gymnasio da Bahia*³; nos anos de 1942, localizamos o Gymnasio e a sua transformação para *Colégio Estadual da Bahia*⁴; e, por fim, em 1946, por ser o mais importante núcleo de concentração de matrícula do ensino secundário, se torna o *Colégio da Bahia – COLÉGIO CENTRAL*.

Em Salvador, em nossa atualidade, mesmo diante dos projetos de sucateamento da escola pública e dos desafios que o Colégio Central vem enfrentando para manter seu legado educacional – o qual inclui os sujeitos da instituição que protagonizaram diversos atos em defesa da escola pública –, é incontestável o papel histórico desta instituição, hoje tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, porém, em via de fechamento.

¹ Para saber mais sobre a instituição durante o período imperial, ver: Sara Dick (2001) e Alexandro Santos (2017).

² O Instituto Oficial do Ensino Secundário foi criado em 1890 após a crise que se emergia no Lyceu Provincial da Bahia, onde as quedas de matrículas e a desorganização do ensino eram constantemente anunciadas. Com o objetivo de acompanhar as necessidades e as reformas gerais do governo Federal, o Dr. Manoel Victorino Pereira, primeiro governador da Bahia, concebeu o plano de reorganização do ensino em modos mais liberais e moderno, com o ensino obrigatório, laico e com fiscalização oficial. O Instituto teve funcionamento até 1895 com a sua transformação em Gymnasio da Bahia (BOCCANERA JÚNIOR, 1926).

³ Ver: Deborah Kelman Lima (2003).

⁴ Ver: Cesar Carneiro (2008), Maria Santana (2014).

Para este texto, historicizaremos, à luz da História Cultural, a segunda fase desta escola centenária, o Gymnasio da Bahia, conhecido como a grande casa de saber para os baianos, sendo denominado “um espaço de prêmios e galardões”, tal qual nomeia a historiadora Deborah Kelman Lima em sua dissertação de mestrado intitulada *O banquete espiritual da Instrução* (LIMA, 2003).

A escolha se deu devido à compreensão da complexidade da história deste Gymnasio e dos seus sujeitos de prestígio para a população baiana, de modo que a ênfase do texto concentra esforços na análise documental sobre a organização desta instituição de ensino, os seus objetivos de criação, assim como em sua representação e em seu significado para a sociedade.

De modo a abranger a cristalização da sua materialidade escolar, bem como as intencionalidades pedagógicas reproduzidas pela instituição a partir dos sujeitos que a compõe, o uso do conceito de cultura escolar foi pertinente para observarmos o que estava intrínseco à arquitetura escolar. Nas palavras de Dominique Julia (2001, p. 10), “é necessário analisar o interior da instituição, de forma a enxergar que a escola pratica uma cultura local”.

Nesta direção, Augustín Benito (2017) concorda com Julia (2001), mas também tece novas contribuições ao valorizar as experiências que ocorrem no cotidiano da escola, afirmando ser “inviável pensar a sociedade sem imaginar a escola” (BENITO, 2017, p. 26) e prossegue:

O historiador da educação chegou a suspeitar, e mesmo a assumir, que os restos arqueológicos da escola são o mais firme e objetivo suporte sobre o qual se pode fazer perguntas, de natureza etnográfica e de intenção interpretativa, aos indícios visíveis do passado que residem nas fontes materiais. De igual modo chegou a sustentar que essas materialidades são o testemunho empírico com base no qual cabe construir comunidades hermenêuticas de historiadores, que possibilitem a leitura dos significados implícitos nos dados primários, isto é, que decifrem as semânticas sugeridas pelos sinais semióticos emitidos por essas fontes de saber (BENITO, 2017, p. 27).

Em uma perspectiva mais reduzida história, buscou-se entender as instituições escolares sem pensar na dinâmica, na estrutura e nos sujeitos que compunham a escola. Porém, o campo da História da Educação, principalmente nas duas últimas décadas, vem se debruçando e pensando a cultura escolar atrelada à história das instituições escolares, tendo

ressignificado e desenhado novos desdobramentos sobre o próprio funcionamento da sociedade partindo da escola como objeto de pesquisa⁵.

Para Andrade e Toledo (2014, p. 181), “as instituições são produtos da ação humana” e, no caso das instituições escolares, “surgem para atender a necessidades sociais, pois ao mesmo tempo recebem interferências do geral e do particular”. Partindo deste pressuposto, mais do que tratar as instituições escolares como prédios, materiais simbólicos e físicos da existência de um panóptico arquitetônico de poder político e econômico via controle e vigilância (FOUCAULT, 2011), se faz necessário colocar o sujeito como protagonista do que ocorre na construção e na composição do espaço escolar que, por sua vez, influencia e, às vezes, altera a dinâmica social. Para tanto, devemos questionar “uma história sociocultural que despreza as resistências, tensões, dentre outros aspectos” (JULIA, 2001, p. 12) e trabalhar de forma conectada às histórias dos sujeitos da educação (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Este trabalho corrobora com a perspectiva de que as instituições escolares são objetos de pesquisas potentes para conhecer e ampliar os horizontes da história regional, contribuindo com o entendimento dos espaços geográficos, das articulações políticas e econômicas, das redes de sociabilidades e das representações forjadas na escola e sobre a escola a partir dos sujeitos que dão particularidade para a sua história. Como apontam Gonçalves Neto e Carvalho (2020, p. 53), “o estudo das instituições escolares e educativas tem sido prolífico nas últimas décadas, permitindo o aprofundamento de discussões em torno da compreensão da própria escola e amplia a renovação sobre os estudos do regional e local”. É o que propomos a partir da análise da instituição de Salvador, capital do estado, o *Gymnasio da Bahia*, em sua segunda fase de organização.

⁵ Ver: Saviani (2008), Brazil; Furtado (2010), Andrade; Toledo (2014); Santos; Vechia (2019); Gonçalves Neto; Carvalho (2020).

O Gymnasio da Bahia

Imagem 1 – Gymnasio da Bahia



Fonte: IGHB, Educação; fot. 1341, 1910.

O Gymnasio da Bahia foi um espaço destinado ao saber propedêutico, no qual até a sua arquitetura física foi pensada para tornar esta escola no lugar convencionado de “grande casa de ensino” ou “lugar de prêmios e galardões” (REIS, 1915, p. 236). Segundo o livro *Memórias históricas do Colégio da Bahia*, a instituição era:

Um lugar majestoso e que foi planejado dentro de um estilo romano, um lugar que dialogava com a natureza e que fora pensada semelhante a uma primeira casa, não podemos deixar de destacar que as múltiplas e variadas árvores de portes altos e frondosos, as árvores do Gymnasio da Bahia falam da história do colégio; mestres e discípulos buscavam no espaço do Gymnasio um descanso transitório para a sua existência. Como era belo o nosso colégio e magnifico com seus cenários (MEMÓRIAS HISTÓRICAS DO COLÉGIO DA BAHIA, 1971, p. 21).

Em diálogo com as análises apresentadas por Benito (2017), percebemos que a materialidade em questão possibilita a abertura de uma caixa de memória construída, fabricada e, em um processo histórico, guardadas ou amplamente circuladas. A partir da materialidade observada nas fontes documentais de uma instituição notam-se indícios de uma história, mas também se localizam “os discursos que as constituíram”, de modo que os

restos escolares são, pois, materialidades com memória” (BENITO, 2017, p. 225).

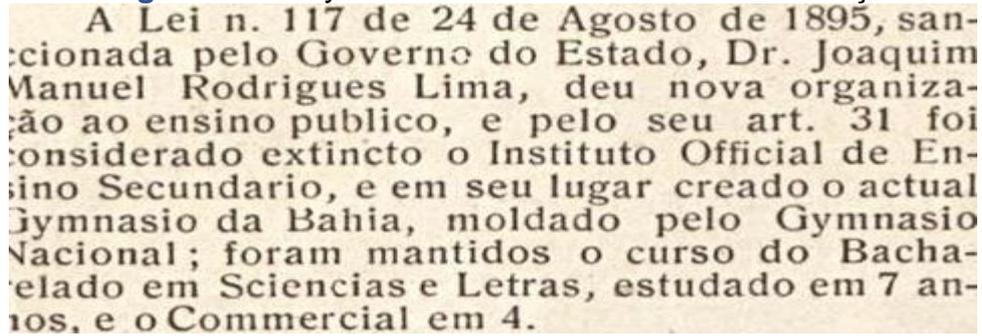
Ao discorrerem sobre o Gymnasio, Farias e Menezes (1937) afirmam que o Instituto Oficial de Ensino Secundário seria, na concepção do governo estadual, “um acréscimo da despesa necessária para a fundação de um novo e mais completo estabelecimento de instrução secundária” (FARIAS; MENEZES, 1937, p. 21). Por esse motivo, resolveu-se substituir o Instituto pelo Gymnasio da Bahia. Sara Dick (2001) sustenta, à sua maneira, que mesmo com o novo Instituto, o ensino secundário continuou desorganizado até 1895, quando uma espécie de Lei Orgânica da educação modifica a estrutura do ensino e o Instituto Oficial de Ensino Secundário passa a ser chamado de Gymnasio da Bahia (DICK, 2001).

O novo Gymnasio deveria estar em consonância com o programa do Gymnasio Nacional, conforme retratado na obra de Antônio Alexandre Borges Reis, *História do Brasil: cursos dos Gymnasio e Lyceu*. Reis (1915) aponta que, com a efetivação do ginásio, houve o aumento de cadeiras enquanto outras se mantiveram, a exemplo do curso comercial, bem como ocorreu um investimento feito para a composição do Ginásio:

O novo instituto obedeceria, quanto possível, ao plano e aos programas do Gymnasio Nacional (hoje Collegio Pedro II), a fim de serem validos seus exames para matricula nos cursos superiores. Foram creadas 17 cadeiras e 3 aulas, e mantidos o bacharelado, em sete anos, e o curso comercial. A lei de n. 219 de 1º de setembro de 1897, divide em cinco secções as cadeiras do Gymnasio da Bahia. A lei n. 430, de 23 de agosto de 1901, autoriza a abertura de um credito de 5:000\$000 para a montagem dos gabinetes do Gymnasio da Bahia. A de 3 de outubro de 1904 a lei de n. 579 altera a de n.117 de 24 de agosto de 1895 reduzindo a seis anos o curso do bacharelado e reduzindo a 13 o número de cadeiras (REIS, 1915, p. 68).

A informação se confirma na Revista *Bahia Illustrada*, que discorre sobre a fundação do Gymnasio da Bahia e reitera o que foi dito por Reis (1915) em suas considerações sobre a história do Lyceu e do Gymnasio.

Imagem 2 – O Gymnasio da Bahia desde a sua fundação



A Lei n. 117 de 24 de Agosto de 1895, sancionada pelo Governo do Estado, Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima, deu nova organização ao ensino publico, e pelo seu art. 31 foi considerado extinto o Instituto Official de Ensino Secundario, e em seu lugar creado o actual Gymnasio da Bahia, moldado pelo Gymnasio Nacional; foram mantidos o curso do Bacharelado em Sciencias e Letras, estudado em 7 annos, e o Commercial em 4.

Fonte: Bahia Illustrada (1918, p. 19).

Mas qual era o objetivo da Educação do Gymnasio da Bahia? Qual era a sua importância? Quem eram os sujeitos que por ele circularam? Em “História dos cursos de Lyceus e Gymnasios”, Reis (1915) demarca:

Art. 31 – O Estado creara nesta capital sob a denominação de Gymnasio da Bahia- um instituto de ensino secundário, que servirá de modelo às instituições congêneres que o mesmo estado e municípios vieram a crear, e tem por fim ministrar a mocidade uma educação humanista, real e completa. A organização dessa instituição obedecerá, quanto possível, ao plano e aos programas de ensino do Gymnasio Nacional da capital Federal, afim que se mantenha a validade dos seus exames para a matricula nos cursos superiores da República (REIS, 1915, p. 168).

Encontramos nos documentos apresentados um modelo de efetivação do Gymnasio, como apresentado por Reis (1915): era uma escola modelo para outras instituições existentes na Bahia porque voltava-se a um ensino humanista, moralizado e que preparava os sujeitos para exercer funções políticas importantes.

As fontes nos indicam que o Gymnasio consistia em um lugar de estudantes de prestígio social. Ao analisarmos “Memórias históricas do ensino secundário”, percebemos que existia uma taxa de cinco mil réis para a inscrição nos exames de suficiência; ao final, o valor de 20 mil réis por inscrição para o exame de madureza; além de 50 mil réis pelo diploma de bacharel (FARIAS; MENEZES, 1937). Os resultados eram amplamente conhecidos pela sociedade, de acordo com a notícia sobre a instrução pública na Bahia no periódico investigado.

Imagem 5 – A instrução pública na Bahia, resultados dos exames de admissão do Gymnasio da Bahia



Fonte: Bahia Ilustrada (1920, n. 30, p. 38).⁶

Mediante as informações obtidas, notamos não ser qualquer pessoa que tinha condições econômicas favoráveis para pagar as taxas dos exames. Quanto aos diplomas, é viável fazer uma leitura de que os sujeitos que circulavam no Gymnasio poderiam não ser os que ocupavam as altas posições das famílias da sociedade baiana, mas também não vinham das classes populares, demonstrando que a oferta da escolarização secundária não estava acessível a todos. De acordo com Lima (2003), é possível encontrar depoimentos de que o Gymnasio se consolidou como uma instituição de prestígio e os alunos ocuparam, mais tarde, cargos políticos e públicos na organização administrativa e social da Bahia.⁷ Segundo a autora, “uma vez concluído o curso, os alunos do Gymnasio passam a compor uma elite que atravessará seus portões para integrar importantes quadros intelectuais e políticos da sociedade baiana” (LIMA, 2001, p. 201).

⁶ Sobre a revista Bahia Ilustrada, consultar: <http://memoria.bn.br/>.

⁷ Entre eles: Carlos Marighella; Luiz Henrique Dias Tavares; João Carlos Tourinho Dantas; Jacob Gorender; Cid Teixeira (CARVALHO, 1997).

O entendimento anterior se confirma no relato do livro “Viagem sentimental a Bahia”, disponível no acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Por meio de depoimentos de ex-alunos, afirma-se:

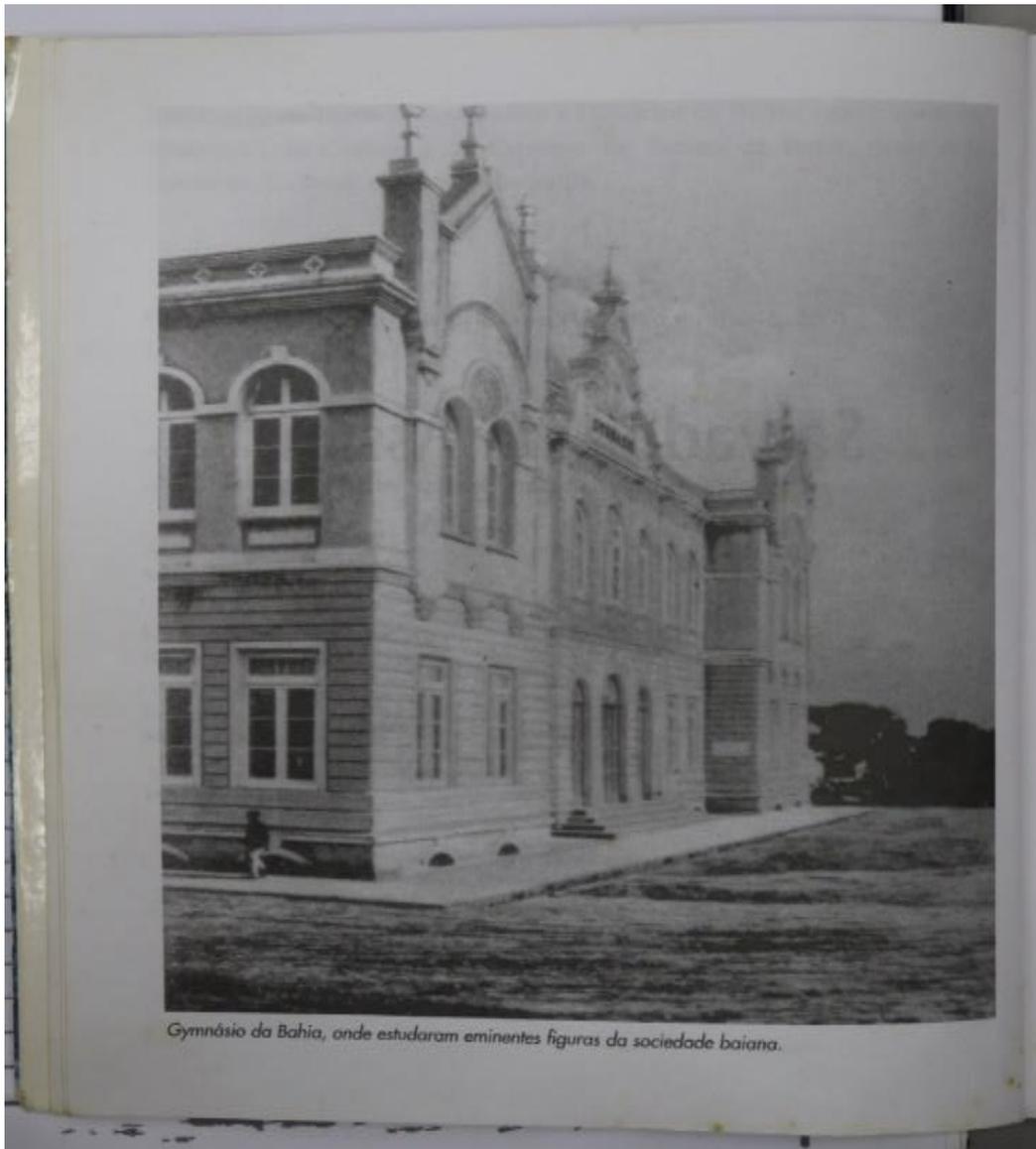
Neste ginásio passava alunos brilhantes que eram estudantes notáveis, mesmo fora ganhavam prêmios e galardões. Homens públicos de relevo na vida brasileira saíram dos bancos das classes de aula desse tradicional centro educacional que aureolava a vida intelectual da cidade. Grandes políticos, notáveis médicos, eminentes catedráticos, ilustres advogados, mestres na engenharia, cursaram este ambiente de aprendizado e saber. Ufanavam-se de ter estudado no Ginásio da Bahia (CARVALHO, 1915, p. 95-96).

Questionar os documentos é compreendê-los como uma construção social, logo fabricados e salvaguardados a partir de intencionalidades diversas. Roger Chartier defende que “todo texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor” (CHARTIER, 1990, p. 61). O historiador ainda nos chama atenção sobre os significados que os textos carregam para os indivíduos e os cuidados que devemos ter ao analisá-los historicamente. Em sua compreensão das fontes, ele comenta:

Concebidos como um espaço aberto a múltiplas leituras, os textos e também todas as categorias de imagens, não podem então, ser apreendidos, nem como objetos cuja distribuição bastaria identificar nem como entidades cujo significado se colocaria em termos universais, mas presos na rede contraditória das utilizações que os constituem historicamente (CHARTIER, 1990, p. 61).

Diante do que foi exposto, percebemos a forma ufânica com a qual a materialidade do Gymnasio da Bahia é enaltecida no livro *Viagem sentimental a Bahia*.

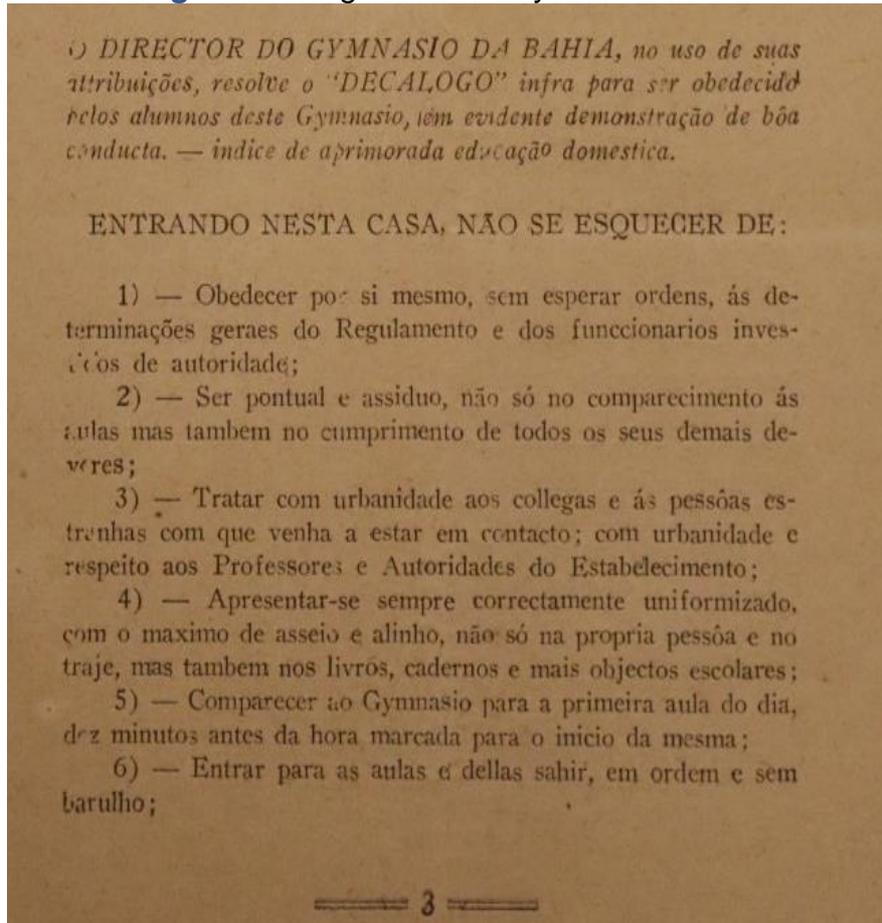
Imagem 6 – Gymnasio da Bahia, onde estudaram eminentes figuras da sociedade baiana



Fonte: IGHB (1999, v. I, B723, p. 3).

É igualmente evidente a presença de ideias no Gymnasio voltadas para a concepção da instituição como uma segunda casa, para aprimoramento da conduta. Faria Filho (1998, p. 147) esclarece que “a escola é construída e vai se construindo, muitas vezes, com o objetivo de impor o código e as regras que asseguram a continuidade do privado e não do público”, processo identificado por nós na documentação sob os cuidados do IGHB.

Imagem 7 – Regimento do Gymnasio da Bahia



Fonte: Passos (1942, p. 289).

Entrevemos nas regras gerais a comparação do Gymnasio com uma casa, o que exigia cumprimento de deveres. A menção aos responsáveis pela instituição como autoridade, assim como as ideias higiênicas normatizadas priorizavam o aspecto da conduta e da moral objetivada pela instituição, o que comunga com a interpretação de Faria Filho (1998, p. 144) a respeito de que: “a educação escolar seria um dos elementos fundamentais para se sair da crise e construir uma República e uma economia próspera”, sendo a escola um instrumento social de controle dentro de “um projeto civilizatório para a República”.

Se a instituição se faz um dispositivo social, vale investigar os sujeitos, o alunado e o professorado que movimentou “a sagrada instituição, Gymnasio da Bahia”. As fontes reforçam a ideia da continuidade de um público da elite que já existia no Lyceu Provincial, um público tanto de professores quanto de alunos que gozava de prestígio na sociedade.

No livro *Viagem sentimental a Bahia* estão reunidos depoimentos de ex-alunos do Gymnasio da Bahia. Conquanto esteja evidente que o objetivo do livro, disponível no IGHB, consiste em evocar memórias sobre a Bahia, é relevante destacar, desde o sumário até os depoimentos, a convicção de que era impossível pensar a Bahia a formação da população baiana sem falar do Gymnasio Baiano.

No sumário do livro, com a descrição da memória de estudantes, de moradores e de personalidades da Bahia, trata-se de aspectos da capital baiana e lugares históricos, não passando despercebida a menção ao Gymnasio da Bahia, visto que o autor enfatiza o seu papel central para a capital.

Embora saibamos da função social da instituição, em consonância ao que foi dito por Foucault em 1970 a respeito do discurso para “a construção de um imaginário social” (FOUCAULT, 1996, p. 40), notamos no livro referido uma espécie de glória construída como imagem do Gymnasio. Além do sumário, os depoimentos elaborados pela própria elite que o frequentava enalteciam o espaço como um lugar de saber construído pelos sujeitos e para eles ocuparem, segregando os que não alcançavam tal privilégio.

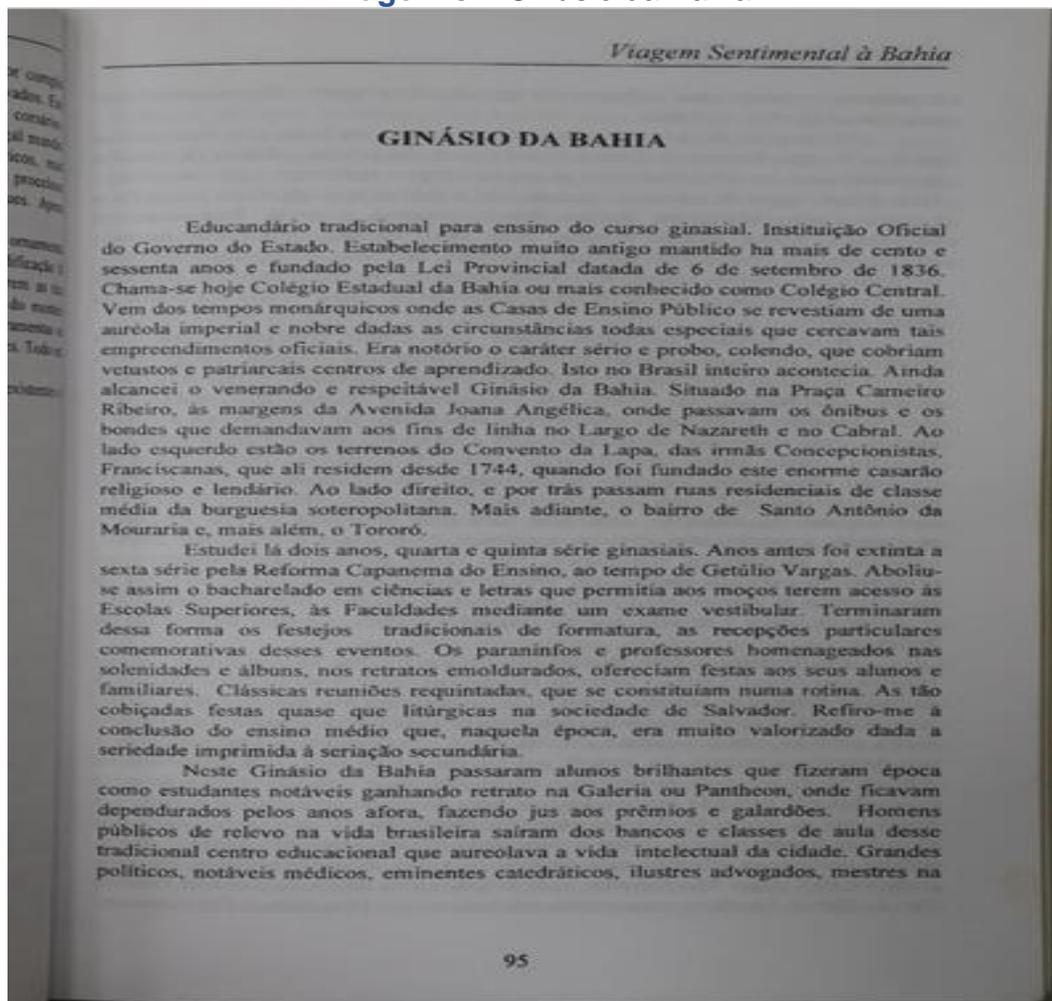
Por se tratar de discursos marcados pela memória e pela leitura social dos próprios envolvidos, necessitamos compreendê-los dentro do conceito de representação proposto por Chartier (1990) que ao discutir, emergido na História Cultural, a distância que existe entre o autor e seus leitores constrói a representação como a expressão do pensamento manifestado nos discursos e nas imagens. Em suas considerações, o autor diz que essa relação com a leitura modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos e transformou as relações de poder a partir da circulação da palavra impressa.

A noção de representação não nos afasta nem do real, nem do social. Ajuda os historiadores a se desfazerem da ideia muito magra do real. As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa, elas possuem uma energia própria, que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é (CHARTIER, 1990, p. 46).

Na concepção do referido autor “toda a história, qualquer que seja, sempre é resultado das significações que os indivíduos atribuem as coisas, as palavras e as ações” (CHARTIER, 1990, p. 33). À luz do entendimento

anunciado, retomamos as memórias presentes nos depoimentos. Nos relatos, podemos observar essa relação sobre o Gymnasio:

Imagem 8 – Ginásio da Bahia



Fonte: IGHB (1997, 1º, B723s, p. 95).

Ao falar do Gymnasio da Bahia, Álvaro de Carvalho (1997) se detém em distingui-lo como um educandário antigo e tradicional, planejado e moldado por empreendimento especiais; uma escola séria, localizada no entorno de importantes casas da burguesia baiana. Ao concluir, afirma que o Gymnasio era um lugar de alunos brilhantes, ocupado por homens de relevo na vida brasileira e que um dia ele próprio estudara no Gymnasio, fazendo menção a profissões de médicos, advogados, políticos, dentre outros (CARVALHO, 1997).

Para Chartier (1990), é importante estar atento ao período e as condições nas quais o texto foi produzido. Assim sendo, cumpre ao/a historiador/a não deslocar o contexto das vozes que o transmitem. No

documento analisado, o depoente foi um estudante da instituição – fator de relevância na interpretação do discurso registrado nessa fonte, mas que demanda atenção redobrada em torno da sua intencionalidade.

O historiador francês afirma que “não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não estejam submetidas às vigilâncias, as censuras de quem tem o poder sobre as palavras ou os gestos” (CHARTIER, 1990, p. 137). Diante do exposto, cabe a nós interpretar o discurso marcado por pelas evidências de um contexto que vislumbrava na instituição escolar o alcance de transformação e distinção social.

Estamos conscientes de que documento algum é neutro e, muitas vezes, são carregados de interpretação, manipulação e até mesmo forjados, devendo o/a historiador/a estar atento/a a essas armadilhas (VASCONCELOS, 2010). Embora envolto em tom de exaltação e grandeza, o livro *Viagem sentimental a Bahia* traz sustentação para a proposta deste trabalho, já que, em diálogo com outras documentações nos mostra que esses depoimentos reiteram o ufanismo criado pelos sujeitos da instituição, mas conduzem também às reflexões sobre as transformações e permanências presentes na transição do Lyceu para o Gymnasio. Chartier (1990), alertando para os sentidos gerados pelos textos enquanto documentos, pondera que “a maneira como as obras são lidas também participam da construção do seu significado” (CHARTIER, 1990, p. 36).

Com vistas a dar seguimento às análises já elaboradas, em outra obra, desta vez, sobre as memórias da cidade de Salvador, *Salvador era assim* (ARAUJO, 1999), sob a narrativa do historiador Cid Teixeira, evidencia-se a existência de “uma vaidade” dos sujeitos que estudavam no Gymnasio da Bahia. Outros alunos como João Carlos Tourinho Dantas expressam o mesmo sentimento. Dantas relata ter sido aluno do homem mais culto da instituição, Gelásio Farias, conhecedor de grego e latim (ARAUJO, 1999).

Imagem 9 – Salvador era assim (capa do livro)



Fonte: IGHB (1999, 2º, B732s).

É possível deduzir pelos detalhes das palavras de Teixeira e Dantas que os professores eram vistos como eruditos do saber na sociedade; o modelo de virtude da instituição, conduta materializada nas fontes sobre o Gymnasio da Bahia, diferenciando este das demais instituições devido gozar de um corpo docente com prestígio no estado e com uma rede de sociabilidade sólida, com formação qualificada e notável naquele contexto republicano. Jean François Sirinelli (*apud* REMOND, 2003), ao discorrer sobre sociabilidade, indica como uma das significações possíveis para o conceito, a designação de “um pequeno mundo estreito”, ou seja, o pequeno meio intelectual que constitui, ao menos para seu núcleo central, um meio de trocas e convivência, onde os laços se atam (SIRINELLI *apud* REMOND, 2003, p. 253-254). Para um entendimento aprofundado do pensamento de Sirinelli aplicado à história da educação, destacamos a contribuição de Claudia Alves (2019), que se debruça sobre o conceito de sociabilidade como:

uma ferramenta importante/indispensável no estudo dos intelectuais, pois fica claro que essa construção pode se dar de maneira alheia ou por uma decisão individual. [...] a inserção

em uma rede de sociabilidade resulta de um gesto voluntário e nem sempre as ações são puramente racionais, simpáticas, hostis, de amizades e rancores, competições, mas as redes de sociabilidade são atravessadas pelo poder (ALVES, 2019, p. 38).

Retornando à análise do livro *Salvador era assim*, ilustrado na imagem anterior, identificamos que sua capa é o próprio Gymnasio. Tão prestigiado como o seu corpo docente, sua arquitetura escolar também reforça uma estrutura planejada dentro de um projeto de organização do ensino, no qual os momentos escolares ganham destaque na forma de palacetes, como bem anuncia Faria Filho (2000) ao identificar, no período que se inicia com a República, a transformação da estrutura escolar como "forma autorizada" ou símbolo pleno do "moderno". A respeito do Gymnasio, cumpre ressaltar outros depoimentos que dialogam acerca de como transcorriam os anos de estudo no Gymnasio da Bahia.

Naquele tempo, o Ginásio tinha na fachada principal, em letras de destaque a palavra GYMNASIO. Atrás daquele pavilhão havia dois outros o Rio Branco e o Sátiro Dias. Os professores eram os mesmos que ensinavam em faculdades. Em 1936, o diretor era professor Clemente Guimarães, que foi sucedido pelo professor Francisco Conceição de Menezes, um homem ordeiro, eficiente, excepcional. Entusiasta das paradas esportivas, antes de cada desfile exortava os ânimos infudindo o amor pelo colégio para que fizessemos o melhor possível. Havia um serviço médico muito bom, ligado ao esporte. Recordo do Eduardo Baiana, do Humberto Burity, professor Ovídio. Tínhamos muito respeito pelos mais velhos, Machadinho, o chefe dos bedéis, era um homem pequenininho, mas todo mundo lhe tinha o maior respeito. No início das aulas eram eles que faziam as chamadas. O professor encontra tudo pronto, só lhe cabia dar a aula (SALVADOR ERA ASSIM, 1997, p. 14).

No depoimento de Manoel José, transcrito acima, desembargador e ex-presidente do Tribunal, além de ex-aluno do Colégio Central, observamos o realce ao nome da instituição, assim como o relato de que os professores do Gymnasio eram os mesmos que ensinavam em faculdades. Ressaltamos também a menção às condições de trabalho e estudo dadas para esse professorado e para os alunos, sobretudo o serviço médico e de esporte.

Os jornais e revistas que circulavam na época, entre eles a *Bahia Ilustrada*, não deixaram passar despercebida a importância dos professores

dessa instituição, atitude notada pelo uso que fazem das palavras para engrandecer o Gymnasio.

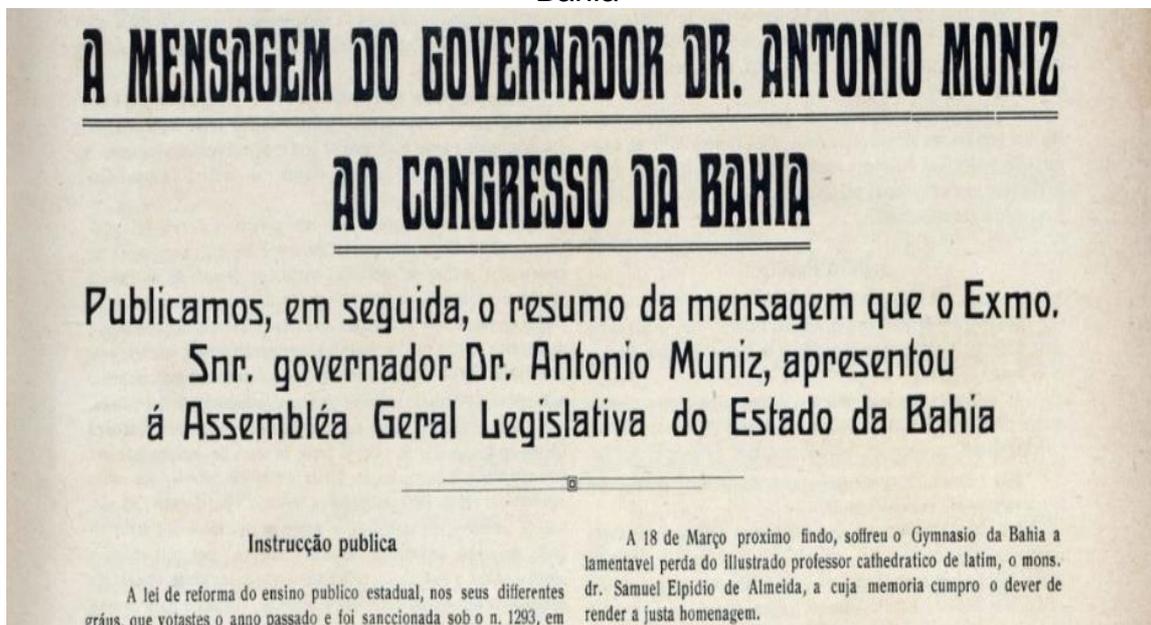
Em uma reportagem sobre a instrução na Bahia constata-se a atribuição de elegância e o valor dado aos professores da instituição, é o caso do professor Manoel Devoto, sujeito que, em outras notícias, é mencionado para reforçar a proeminência da instituição.

Assim que o próximo número deste jornal pormenorizará as coisas mais interessantes de nossa terra entre muitas que taes um estudo claro, precioso, que desejamos o, mas exacto possível, do Gymnasio da Bahia, competentemente e com raro brilho, dirigido pelo nosso ilustrado compatrição o sr. Dr. Manuel Devoto (BAHIA ILLUSTRADA, 1918, p. 39).

Claudia Zanlorenzi, ao discutir sobre o uso das fontes na História da Educação, destaca que os jornais e outros documentos são alvos de olhares mais atentos daqueles que se aprofundam no campo educacional, “pois aproveitam a riqueza desse material para analisar o contexto educacional e as relações envolvidas nesse processo” (ZANLORENZI, 2010, p. 61). Partindo da afirmação trazida pela autora, notamos a atribuição de relevância dada a instituição nas fontes, assim como ao corpo docente. Houve uma preocupação com as palavras e posturas para que se entendesse a atribuição dada a esse lugar. Tais sentidos podem ser apreendidos dos documentos pesquisados a partir de indícios, reunidos com atenção pelo/a historiador/a, que vai buscando “pistas”, “sinais” dos processos que investiga (GINZBURG, 2007).

Era comum nas notícias referentes ao Gymnasio vê-lo sendo reconhecido como grandioso colégio, excelente casa de ensino (BAHIA ILLUSTRADA, 1918) devido, entre outros fatores, ao corpo docente. Eram habituais as homenagens ocorridas no próprio Gymnasio, do mesmo modo que nos jornais e revistas, com a exaltação de seus mestres, ainda que postumamente. No documento abaixo, podemos acompanhar uma nota de lamentação e homenagem do Governador da Bahia ao professor de latim do Gymnasio da Bahia.

Imagem 10 – Mensagem do Governador, Dr. Antônio Moniz, ao Congresso da Bahia



Fonte: Bahia Illustrada (1918, p. 55).

Apesar do prestígio aos docentes demonstrado no documento acima, cabe a nós sinalizar que o respeito e o reconhecimento não se davam em todas as partes e não foram identificados em todas as fontes levantadas. Mostrar o jogo de força na conservação documental é algo necessário. O/a historiador/a necessita mostrar as contradições, mudanças e permanências na direção do que Marc Bloch (2001) caracterizava como ofício de quem opera com a História. Não obstante a visão de verdadeiros eruditos propagada no testemunho anterior, outras memórias construídas demonstram as mazelas do trabalho docente:

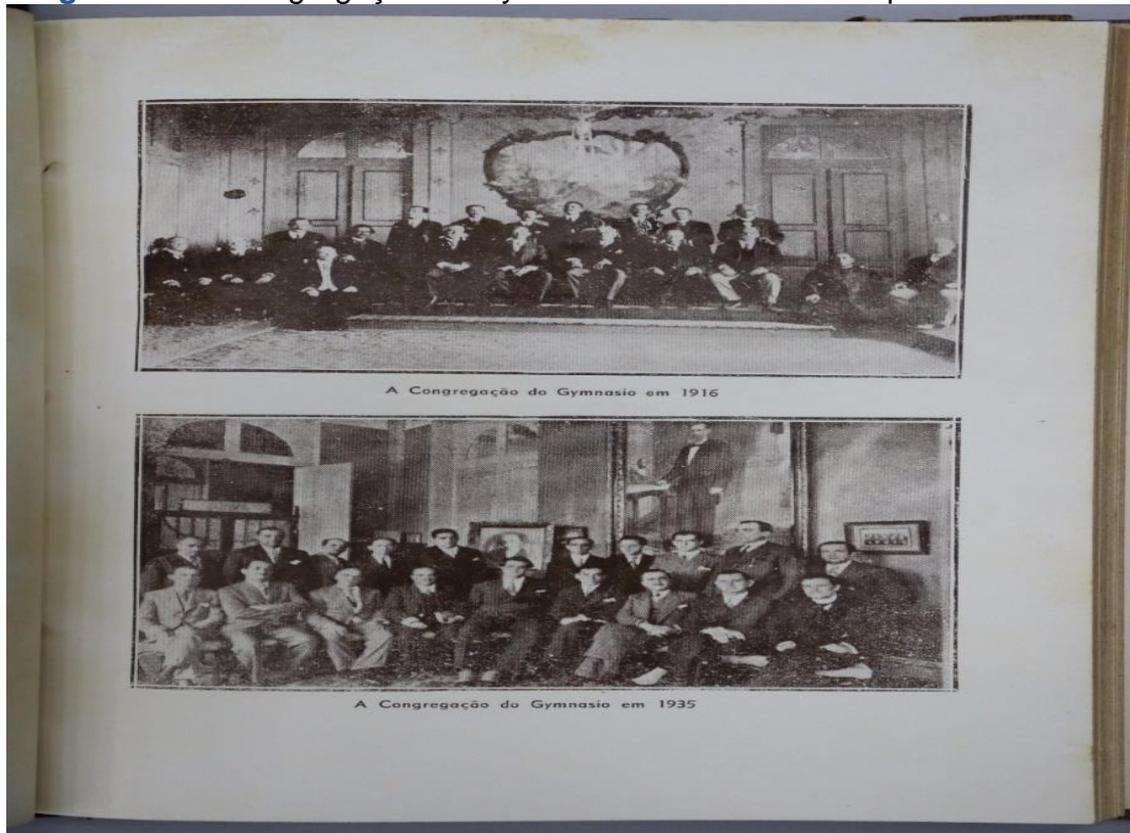
Homens envelhecidos pelo estudo, pela trabalhosa lida no magistério, mal pagos e incompreendidos, desprezados sempre pelas autoridades que não alcançaram a árdua e ingente tarefa de ensinar, de conviver com a meninada, com jovens inquietos e abusados, muitas vezes sem educação alguma e agressivos (CARVALHO, 1997, p. 96).

Embora tenhamos localizado depoimentos que relatem a reputação dos professores e a sua posição social, supostamente privilegiada; também identificamos destaques para as situações de miséria que acompanhavam a profissão, dizendo-se, por exemplo, que os professores do Gymnasio não tinham casas para morar, cheios de filhos, famílias numerosas, apesar de

serem vistos como exemplos de dignidade (CARVALHO, 1997), o que pode contradizer a ideia de prestígio na carreira do ensino secundário. Mesmo cientes de que se trata dos depoimentos de ex-alunos do Gymnasio da Bahia e de que a memória é seletiva, a identificação de diferentes percepções nos depoimentos de uma mesma fonte, construída para formar uma memória da instituição, se faz necessária. Conquanto possa o Gymnasio ter tido professores com as características prestigiosas descritas, não representava a maioria. Isso vale para os alunos que o frequentaram. Afirmamos isso, pois existe um predomínio nos trabalhos feitos sobre a instituição, assim como nos documentos levantados, da alegação de que o professorado e o alunado do Gymnasio da Bahia gozavam de prestígio social dentro e fora da instituição.

Isso nos faz refletir que, embora muitos professores do Gymnasio da Bahia gozassem de certos privilégios, outrora existiam aqueles que atuavam na instituição sem obter igual reconhecimento social e político.

Imagem 11 – A congregação do Gymnasio da Bahia em dois períodos distintos



Fonte: IGHB (1915, R375, p. 45).

A imagem da congregação do Gymnasio da Bahia, tanto em 1915 quanto em 1935, nos chama atenção à relação política estabelecida em torno

da instituição. Tal percepção também pôde ser confirmada em nossa investigação durante o processo de criação do Gymnasio, em 1895, e da inauguração do edifício principal da escola, onde funciona atualmente o Colégio Central. Envolto ao processo mencionado, destacam-se as participações do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues de Lima e do Cons. Luiz Vianna, governadores do Estado da Bahia, em 1895 e 1900, reforçando, principalmente, a predominância masculina nas redes de sociabilidade dos sujeitos com lugares de destaque e de poder envolvidos à instituição referida. Isso também se expressou no seu público docente e discente analisados ao longo das quatro fases da escola, mas principalmente nas suas primeiras, contextos que a instituição alcançou um lugar privilegiado como campo político-educacional.

Considerações finais

O Gymnasio da Bahia foi “um lugar de prêmios e galardões”, como tornou-se popularmente conhecido, referenciado por ser uma grande casa de instrução para a Bahia, espaço de profusão do ensino secundário para atender aos interesses políticos e educacionais de uma elite baiana. A análise da criação e do percurso institucional permitiu aproximarmos do contexto baiano e da sua população em formação, nas primeiras décadas republicanas, que defende as instituições de educação propedêutica, a nível secundário, como espaços de prestígio, distinção e pertencimento social.

Na sociedade baiana construiu-se em torno do Gymnasio uma imagem, assim como seus sujeitos pertencentes projetaram uma autoimagem da escola diferenciada no meio baiano, dotada de signos fabricados, de representações cristalizadas, de uma materialidade pedagógica “moderna”, de uma arquitetura monumental e adequada aos anseios sociais, de professores cultos e que ocupavam outros espaços exitosos, além da instituição efetivar-se como um espaço preparador dos filhos de grandes políticos e intelectuais. Demarcamos também as contradições em torno deste Gymnasio “glorioso”, identificando sujeitos que, na tentativa de se estabelecer dentro da narrativa ufânica da “grande casa de saber”, buscaram formas para transgredir o seu perfil adentrando nesse lugar de pertencimento social.

De igual modo, é preciso dizer que, em uma República Bahiense, os discursos acerca do público escolar, aqueles “autorizados” a ingressarem na instituição, revelam as marcas da exclusão popular em uma das mais importantes instituições de ensino do estado.

Por fim, embora tenha mantida a postura de espaço privilegiado, não podemos deixar de perceber que o Gymnasio sofreu profundas transformações a partir do governo de Getúlio Vargas, sobretudo com a Reforma Capanema, quando mais uma vez sua nomenclatura foi alterada, tornando-se o primeiro Colégio público da Bahia, nova fase da instituição que marcará a popularização da escola e do público escolar.

Referências

ALVES, C. Contribuições de Jean François Sirinelli a história dos intelectuais da educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ANDRADE, R. P.; TOLEDO, C. A. A. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014175>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ARAUJO, U. C. *Salvador era assim: memórias da cidade*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

BENITO, A. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea, 2017.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOCCANERA JÚNIOR, Sílio. *Bahia cívica e religiosa: subsídios para a história*. Bahia: A Nova Graphica, 1926.

BRAZIL, M. C.; FURTADO, A. *Instituições escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI*. Dourados, MS: Editora UFGD, 2010.

CARNEIRO, C. *Aventuras e desventuras: a peça proibida e a greve dos estudantes que desafiou a ditadura em 1966*, 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CARVALHO, A. *Viagem sentimental a Bahia*. Florianópolis: [s. n.], 1997.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DICK, S. M. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial: 1860-1890*. 2001, 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

EDUCAÇÃO / FOT.1341 Ginásio da Bahia. [s. l.]: [s. n.], [s. d.]. 1 fot. p&b <http://www.ighb.servvct.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1341.jpg>.

FARIA FILHO, L. M. O espaço escolar como objeto da história da Educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 1, pp.141-159, jan./jun.1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59619>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2011.

FARIAS, G. A.; MENEZES, F. C. *Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século: 1837-1937*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. Instituições escolares e história da educação brasileira: análise dos CBHE e do NEPHE-UFU. *Quaestio - Revista de Estudos em Educação*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 51-71, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3579>. Acesso em: 13 jan. 2023.

GONDRA, J. G; SCHUELER, A. F. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO Geográfico e Histórico da Bahia. *Revista do IGHB*, Salvador, v. 50, p. 429-431, 1925.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

LIMA, D. K. *O banquete espiritual da instrução – Ginásio da Bahia, Salvador. 1895-1942*. 2003, 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MELO, J. Fontes e Métodos: sua importância na descoberta nas heranças educacionais. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (orgs.). *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados: Ed. UFGD, 2010.

MEMÓRIAS Históricas do Colégio Estadual da Bahia: 1937-1971. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971.

PASSOS, A. *O centenário do Gymnasio da Bahia*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/Rodrigues e C., 1942.

REIS, A. A. B. *História do Brasil: curso dos gymnasios e lyceus*. 2. ed. Bahia: [s. n.], 1915.

SANTANA, M. C. *No jogo de cintura: política dialoga com cultura. Um estudo sobre a trajetória do clube de leitura do Colégio da Bahia (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2014.

SANTOS, A. S. S. *Uma leitura político-social da legislação escolar: o Estatuto do Liceu Provincial da Bahia de 1841*. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, A. V.; VECHIA, A. As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, e062, 2019. Recuperado de: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47235>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SAVIANI, D. Conceito, História, Historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

ZANLORENZI, C. M. P. História da educação, fontes e a imprensa. *Revista HISTEDBR online*, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 60-71, dez. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Recebido em: 15/01/2023.

Aceito em: 24/03/2023.

Iure Alcântara dos Santos Barros

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGE/UESC). Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de História. Licenciado e Bacharel em História (UFBA). Professor Substituto de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Membro do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED).

 iurealcantara@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/9392407790729080>

 <https://orcid.org/0000-0002-9959-0762>

Cíntia Borges de Almeida

Doutora em Educação (PROPEd/UERJ). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGE/DCIE/UESC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED). Coordenadora do Portal do Bicentenário.

 cbalmeida@uesc.br

 <http://lattes.cnpq.br/5863561562897294>

 <https://orcid.org/0000-0001-8084-9888>